

A II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da África decorreu a 8 e 9 de Dezembro, em Lisboa, sob a égide da Presidência Portuguesa da UE. Desde 2000, data em que os dirigentes se encontraram pela primeira vez no Cairo, muito mudou no contexto internacional e nas realidades dos dois continentes.

Por um lado, no plano global, a proeminência do terrorismo como elemento fundamental na segurança internacional teve como consequência um ressurgimento da importância geo-estratégica do continente africano, em boa medida perdida no período pós-Guerra Fria. Para os Estados Unidos, a África Subsaariana tornou-se, para além disso, uma das fontes energéticas prioritárias de fornecimento de petróleo, devido à instabilidade das fontes do Médio Oriente.

Por outro lado, a emergência de novos actores no sistema político internacional – como a China – está actualmente a determinar uma reformulação dos equilíbrios estratégicos, na qual África desempenha um papel relevante. O investimento e o comércio chineses em África, sem condicionalidades políticas e determinado em grande medida pela procura de matérias-primas que sustentem um crescimento económico acelerado, veio conferir aos países africanos um maior poder negocial com outros parceiros (nomeadamente com a Europa) e motivar a reflexão europeia sobre o relacionamento com o continente africano.

Para além disso, salientam-se várias alterações institucionais e no processo de integração no seio dos dois blocos. Do lado europeu, o desenvolvimento de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e de uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) coincidiram com uma maior ambição de projecção política do projecto europeu na cena internacional, que possa aproximar-se à sua importância em termos comerciais e da ajuda pública ao desenvolvimento. A UE no seu conjunto (CE e Estados membros) é o principal parceiro de desenvolvimento de África em termos quantitativos – é origem de mais de metade da ajuda internacional e 52% da ajuda europeia tem como destino o continente africano. Do lado africano, o lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), em 2001, e principalmente da União Africana (UA) – em substituição da OUA – em 2002, reforçaram a tendência para formular respostas internas e abrangentes para os problemas africanos. Este novo quadro institucional foi determinante no reforço das relações com a Europa, na medida em que criou um interlocutor institucional mais forte, organizado e pragmático, ao nível continental.

A estratégia conjunta UE-África, definida pelas duas partes através de um processo de negociações e de consulta pública, pode representar uma nova fase no relacionamento entre os dois continentes. Se a primeira Cimeira foi marcada por questões políticas simbólicas e pela evocação do passado colonial, a Cimeira de Lisboa caracterizou-se por um maior pragmatismo, de resolução de problemas concretos e de procura de interesses e oportunidades comuns.

A Estratégia Conjunta é inspirada por uma nova visão, que pretende mover a parceria UE-África:

- Para além do desenvolvimento – através de uma parceria política, que estabeleça um diálogo profundo e regular sobre questões de interesse de ambas as partes, a procura de benefícios mútuos em relação a assuntos políticos (como a governação ou as migrações, entre outros) e uma mudança de atitudes no sentido de construir uma parceria entre iguais.
- Para além de África – através de respostas mais concertadas aos desafios da globalização, promovendo agendas comuns nos fora internacionais, definindo posições comuns sobre conflitos globais e pressionando para uma representação mais forte de África nas instituições internacionais.

- Para além das instituições – desenvolvendo uma parceria centrada nas pessoas, que inclua consultas alargadas à sociedade civil, a criação de uma plataforma de diálogo e de concretização da Estratégia Conjunta e a intensificação das relações entre os Parlamentos Europeu e Pan-Africano.
- Para além da fragmentação de quadros de relacionamento (a Parceria Euro-Mediterrânica, a Política Europeia de Vizinhança, o Acordo de Cotonou com a África Subsaariana e a Parceria com a África do Sul) – através de uma estratégia abrangente que equacione os problemas e desafios do continente africano no seu todo.

O Plano de Acção aprovado na Cimeira identifica oito parcerias, com as respectivas acções:

Parcerias	Acções Prioritárias
Paz e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ Aprofundar o diálogo sobre desafios à paz e segurança;</li> <li>□ Operacionalização da arquitectura de paz e segurança em África;</li> <li>□ Garantia de financiamento das operações de paz africanas.</li> </ul>
Boa Governação e Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ Aprofundar o diálogo bilateral e global sobre este tópico;</li> <li>□ Promover o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares e apoiar a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação;</li> <li>□ Reforçar a cooperação no âmbito dos bens culturais.</li> </ul>
Comércio e Integração Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ Apoiar a agenda de integração africana;</li> <li>□ Reforçar as capacidades africanas na área de regras, standards e controlo de qualidade;</li> <li>□ Implementação da parceria no domínio das infra-estruturas;</li> </ul>
Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ Assegurar o financiamento e base política para o alcance dos ODMs;</li> <li>□ Acelerar o alcance dos ODMs sobre segurança alimentar, saúde e educação.</li> </ul>
Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ Implementar a parceria sobre infra-estruturas e intensificar a cooperação no domínio da segurança e acesso a fontes energéticas.</li> </ul>
Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ Construir uma agenda comum sobre políticas de cooperação no campo das alterações climáticas;</li> <li>□ Cooperação no combate à degradação da terra e aridez dos solos, incluindo no âmbito da iniciativa “Green Wall for the Sahara”</li> </ul>
Migração, Mobilidade e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ Implementar a Declaração de Tripoli sobre Migrações e Desenvolvimento, bem como o Plano de Acção UE-África sobre Tráfico de Seres Humanos, e a Declaração de Ouagadougou sobre Emprego e Alívio da Pobreza em África.</li> <li>□ Apoiar o desenvolvimento de uma sociedade de informação inclusiva em África;</li> </ul>
Ciência, Sociedade de Informação e Espaço	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ Apoiar a formação de capacidades em ciência e tecnologia e implementar o Plano de Acção Consolidado Africano sobre Ciência e Tecnologia;</li> <li>□ Aumentar a cooperação no âmbito da tecnologia espacial e suas aplicações.</li> </ul>

É igualmente estabelecida uma arquitectura institucional que prevê reuniões de monitorização e acompanhamento a vários níveis, até à realização da próxima Cimeira, em 2010.

A presente Cimeira constituiu, assim, apenas o início de um processo que enfrenta grandes desafios. Com efeito, se a UE pretende manter uma relação privilegiada com o continente africano, deve estar disposta a reforçar e reinventar a sua actual relação a todos os níveis – institucional, político e económico –, através de propostas e resultados práticos, tendo em conta a emergência de outros actores na esfera africana.

Um dos maiores desafios está certamente em aproximar esta parceria dos cidadãos, para que não seja resultado apenas de uma negociação política entre altas esferas de governo, mas possa contar com a participação dos mais variados actores nos dois continentes, nomeadamente a sociedade civil e o sector privado. A XXV Conferência Internacional de Lisboa (CIL) do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, sob o título de A Europa e África num Mundo Multipolar, realizou-se nas vésperas da II Cimeira UE-África e pretendeu ser um contributo para os debates sobre este relacionamento, através da participação de um vasto leque de actores, entre os quais se contam representantes de institutos, centros e redes europeus e africanos, académicos, estudantes, jornalistas, membros de várias organizações da sociedade civil, empresários e também decisores políticos.

A conferência foi pensada e organizada no contexto deste novo quadro de relacionamento UE-África e, por isso, o seu programa de trabalho abarcou os eixos temáticos da Parceria. Assim, os debates (conforme o programa em anexo) contemplaram a análise dos valores no diálogo Europa-África; as questões da multipolaridade e multilateralismo; os desafios no campo da paz e segurança; vários aspectos da integração e do regionalismo; as dimensões do desenvolvimento e matérias-primas; a governação democrática e ajuda externa; bem como o papel da sociedade civil nas parcerias estratégicas. Transversais aos vários painéis encontra-se a interligação entre segurança, desenvolvimento e governação e o debate sobre valores, interesses e critérios de acção comuns entre a União Europeia e África. O papel das instituições regionais, estatais e da sociedade civil foi igualmente focado em diversas sessões, contribuindo para a abrangência a multidimensionalidade dos debates.

#### Temas da Conferência

##### Os valores no diálogo Europa - África

O balanço entre valores fundamentais (direitos humanos, democracia, Estado de direito) e interesses nas relações Europa-África. Que coerência entre a defesa de valores e o tratamento de minorias, migrantes ou refugiados em solo europeu e africano?

##### Multipolaridade e multilateralismo

A União Europeia e a União Africana num contexto de multipolaridade assimétrica. Que multilateralismo face ao papel de alguns dos actores do sistema internacional, como os EUA, a China, a Rússia, o Brasil, a Índia ou a África do Sul?

##### Paz e segurança

O papel dos Estados e da comunidade internacional face à ocorrência de tragédias humanitárias, ao terrorismo e a ameaças à segurança internacional. Que cooperação entre a Europa e a África para a resolução de conflitos violentos e a promoção da paz?

##### Integração e regionalismo

As diferenças nos processos de integração e regionalismo na Europa e em África. Que impacto nas organizações regionais africanas das divergências de arquitectura entre as brigadas da Standby Force e os Acordos de Parceria Económica com a União Europeia?

##### Desenvolvimento e matérias-primas

A competição nos mercados de matérias primas e energia (petróleo, gás, carvão, urânio, bio-combustível) e o papel dos actores externos e internos (Estados, empresas). Que comparação com o final do século XIX?

##### Governação democrática e ajuda externa

O impacto da acção externa na governação democrática. Que relação entre critérios de adesão e pertença à União Europeia e critérios da ajuda externa (condicionalidades) a países africanos?

##### A sociedade civil nas parcerias estratégicas

A sociedade civil nas parcerias estratégicas entre a União Europeia e África. Que papel para as redes euro-africanas no debate, acompanhamento e elaboração de propostas sobre os temas estratégicos da agenda comum?

O objectivo do presente relatório é apresentar algumas contribuições dos intervenientes nos debates e sumarizar os principais desafios que se colocam ao relacionamento entre os dois continentes, organizando essa informação em três grandes pilares do diálogo euro-africano: Segurança, Desenvolvimento e Governança.

A criação de uma rede formada por institutos europeus e africanos de relações internacionais e de desenvolvimento figura num capítulo à parte, tal como foi apresentada em painel especial no decurso da conferência. A rede (Europe-Africa Research Network – EARN) pretende contribuir com reflexões e propostas no debate sobre temas estratégicos do relacionamento entre os dois continentes, visando aumentar o protagonismo e o envolvimento da sociedade civil em parcerias estratégicas e no diálogo euro-africano.